

PONTOS DE CULTURA DO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO: PRODUÇÃO E CONEXÕES ESTÉTICO-POLÍTICAS

Tárcio Leonardo Santos Mota (Pós-Crítica/UNEB)⁴⁸

Resumo: As políticas de fomento e incentivo à cultura vêm adquirindo um escopo consistente e eficaz para o desenvolvimento social e econômico do Brasil, além de ter despertado amplo interesse da Academia. Em sua contribuição para o debate, essa pesquisa propõe investigar a cadeia produtiva e as conexões estético-políticas no âmbito dos Pontos de Cultura, implantados pelo Programa Cultura Viva (2014) transformado em Política Nacional após dez anos, nas comunidades de Alagoinhas, Esplanada, Pedrão e Aramari, localizadas no território de identidade Litoral Norte e Agreste Baiano. Como estratégias metodológicas, faremos um mapeamento dos impactos socioculturais das ações do Programa nessas comunidades de atuação, além de avaliação das ações que permeiam os Pontos de Cultura, com base no conceito de popularização da ciência, articulado ao Laboratório de *Web rádio* do Programa de Crítica Cultural. A pesquisa utiliza também um método empírico, mediado por entrevistas, e teórico, pautado em pesquisa bibliográfica que versa sobre popularização da ciência, política cultural brasileira, versões de cultura, desenvolvimento e territórios de identidade na visão de teóricos da Crítica Cultural e das Ciências Humanas, a saber, Roque de Barros Laraia (1986), Giles Delleuze e Félix Guatarri (1996), Carlo Ginzburg (1990) Albino Rubim (2000), Theodor Adorno (2002), Giorgio Agambem (2005), Lia Calabre (2005) e Gey Espinheira (2010). Os resultados parciais evidenciam a difusão dos territórios de identidade sob a perspectiva de popularização da ciência no imbricamento com os Pontos de Cultura, sendo ferramentas de participação e controle social das políticas públicas de Cultura. Além de destacar o Programa Cultura Viva como marco divisório no que se refere ao devir das Políticas Culturais no Brasil.

Palavras-chave: Programa Cultura Viva. Pontos de Cultura. Popularização da ciência. Política Cultural. Territórios de identidade.

INTRODUÇÃO

O papel do Estado no gerenciamento instrutivo e normativo da sociedade visando o bem estar social e desenvolvimento econômico é um tema muito discutido e trabalhado por pesquisadores. A preocupação com a igualitária distribuição de renda e as diversas tentativas de tornar cada vez mais acessível os recursos destinados ao fomento e incentivo à produção cultural têm reacendido a chama para reflexão a respeito de como haver uma correta implementação das políticas culturais. Mas pra isso, é preciso primeiro entender o que seria Política Cultural e como ela se aplica nesse contexto de desenvolvimento, sustentabilidade e transformação do mercado cultural.

Coelho (2004) afirma:

A política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. (Ibidem, p. 292).

A partir dessa citação observa-se uma divisão de responsabilidades que envolvem, além dos programas e ações desenvolvidas pelo Estado, as instituições e entidades privadas e grupos

⁴⁸ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Literatura, Produção Cultural e Modos de Vida. Orientador: Prof. Dr. Ormar Moreira dos Santos. Endereço eletrônico: tarciomota@hotmail.com.

comunitários. A preocupação com o desenvolvimento das representações simbólicas da população deixa evidente que a utilização das ferramentas econômicas, nesse contexto, tange para uma finalidade social. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Coelho (2004) ainda provoca:

Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável. (Ibidem, p. 292).

A carência histórica de recursos e investimentos para a cultura faz com que ainda não se tenha no Brasil, principalmente para os agentes e empreendedores de cultura popular, um mercado completamente consolidado. E se essa carência é notada nos grandes centros e nos interiores, onde a situação é bem mais complexa e no curto prazo, somente com essa problemática sendo colocada como prioridade é que o quadro pode começar a ter alterações positivas.

Voltando à discussão sobre os Pontos de Cultura, é importante destacar que uma das primeiras perguntas que surgem quando se fala sobre o projeto é se essas ações não seriam de responsabilidade do Estado. Mas, é no fato dessas ações não serem tuteladas pelo Estado que reside sua principal característica e poder de transformação. Porque o Estado não decide o que deve ser feito. Seu papel é garantir um pequeno aporte financeiro para grupos, ou associações, que já desenvolviam ações sociais; e facilitar a construção de uma rede de relacionamento entre tais grupos. É justamente a não interferência do Estado nas escolhas de quais ações podem ou devem ser desenvolvidas nos Pontos de Cultura, que possibilita a legitimação das práticas locais e do empoderamento de atores sociais historicamente marginalizados.

É importante também destacar alguns dos fundamentos teóricos da política territorial, já que para esta pesquisa pretende-se um recorte nos municípios que compõem um dos territórios de identidade da Bahia. O Estado da Bahia é, indubitavelmente, um dos mais plurais da nossa Federação. Sob os múltiplos aspectos que se analisa um território, a Bahia apresenta um mosaico de variedades sociais, culturais, econômicas e ambientais. Temos um Estado com o maior número de biomas e com um rico e variado processo de formação de seu povo, oriundo da miscigenação dos povos tradicionais do Brasil pré-colonial com os escravos das nações africanas e imigrantes advindos dos diversos países do mundo em momentos diferentes da nossa história (portugueses, espanhóis, italianos, japoneses entre outros).

Na base física heterogênea sobre a qual atuaram estes grupos humanos variados, com habilidades individuais e coletivas distintas, cristalizaram ao longo do tempo diferentes formas e padrões de uso e ocupação. Estas diferenças são um grande ativo que o Estado da Bahia possui, ampliando as nossas oportunidades para o desenvolvimento do Estado.

Todavia, o histórico de políticas públicas especialmente discriminatórias resultou na conformação de um Estado desigual:

com forte concentração econômica e social na Região Metropolitana de Salvador (responde por 50% do PIB e 25% da população) e algumas “ilhas de prosperidades” no Litoral Sul, Oeste Baiano e Norte do estado. Em resumo, convertemos a nossa diversidade, que é uma riqueza, em desigualdade, que expressa pobreza (BAHIA, 2014, p. 1).

A promoção do desenvolvimento do Estado da Bahia perpassa pela redução de suas desigualdades regionais, portanto é preciso pensar em políticas públicas que respeitem e valorizem a diversidade do estado. A adoção dos Territórios de Identidade, segundo a SEPLAN, “foi um grande avanço para o planejamento público na Bahia” (BAHIA, 2010), pois, não apenas, revela e considera toda a diversidade (cultural, ambiental, econômica e social) existente no estado como também, estabelece um novo paradigma na formulação das políticas públicas: em vez de o Governo planejar para a sociedade, este passa a fazer isto em conjunto com a sociedade. E para tanto, precisa respeitar a organização espacial que a população se sente pertencer e naturalmente estabelece seus vínculos e inter-relações.

Desta forma, adotam-se instrumentos que articulam as políticas públicas do Governo Estadual com os territórios, promovendo uma maior aderência às distintas necessidades territoriais e ampliando assim a efetividade das suas ações governamentais, além de promover o fortalecimento de uma democracia mais participativa. Ferramentas como o CODETER, o Plano Plurianual Participativo (PPA) e o Conselho de Acompanhamento do Plano Plurianual Participativo (CAPP), revelam o caráter compartilhado da política de desenvolvimento territorial na Bahia. No âmbito das políticas culturais, tais instrumentos devem ser levados em consideração, sobretudo os Pontos de Cultura, que têm sido implantados respeitando o recorte territorial e indenitário da Bahia.

PONTOS DE CULTURA: FERRAMENTAS DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

A mudança no paradigma das políticas culturais brasileiras é um indicativo de uma discussão global e transnacional. E o Programa Cultura Viva, responsável pela criação dos Pontos de Cultura, marca um novo momento de nossas políticas. O termo “Ponto de Cultura” foi esboçado no final da década de 1980, pelo antropólogo Antônio Augusto Arantes, na época Secretário de Cultura em Campinas-SP (TURINO, 2009). A ideia inicial era de reconhecer e potencializar as produções culturais de grupos e comunidades. O projeto foi interrompido com a mudança de governo e, criou-se posteriormente um programa denominado “Casas de Cultura”, no qual o governo respondia às necessidades das comunidades. Entretanto, a proposta dos Pontos de Cultura era justamente inversa. Os Pontos não deveriam ser construídos pelo governo. O foco não era na ausência ou carência de benefícios; mas sim em um protagonismo social a partir de um modelo de gestão

compartilhada. Ao invés de conceber, o governo deveria reconhecer e potencializar as produções culturais dos grupos.

Com a gestão do Ministro Gilberto Gil (2003-2008), o projeto inicial dos Pontos de Cultura foi retomado. Atualmente, Ponto de Cultura pode ser sumariamente definido como um convênio imbricado de responsabilidades e direitos, entre governo e sociedade civil. Os Pontos de Cultura são espaços de manifestações culturais dos grupos e localidades. Há Pontos de Cultura de grupos e escolas de samba, de rap, de teatro, de música, de dança, de museus, de associações de moradores, de aldeias indígenas, de quilombolas, de assentamentos rurais, de núcleos de extensão universitária. (Turino, 2009). Trata-se de um local aberto às manifestações artístico-culturais de uma localidade. Por sua vez, a gestão do Ponto é realizada pelos próprios membros da comunidade.

Nesta reflexão, os Pontos de Cultura serão observados como nódulos de uma trama. Como um programa que pode ser potencializado se acionarmos a gestão compartilhada articulada em rede, operando rizomaticamente (TURINO, 2009, p. 65). Isto porque cada Ponto possui sua particularidade, mas é na operação em rede que podemos compreender os Pontos como um modelo de política pública cultural nacional. Agindo como rizomas, os Pontos de Cultura conectam níveis de integração local e nacional.

A especificidade dos Pontos de Cultura corresponde a uma figura fundamental de negociação das políticas culturais: o Gestor. Estes indivíduos são capazes de atuar tanto para a comunidade quanto para a nação. Os gestores dos Pontos de Cultura são membros da sociedade civil que administram a captação e aplicação de recursos. Trata-se da gestão compartilhada; um modelo que marca a participação ativa da sociedade na construção de políticas culturais.

Os gestores dos Pontos de Cultura, como indivíduos “intermediários” são importantes sujeitos relacionais entre o local e o nacional. São eles o elo da gestão compartilhada. Esta interação exercita um novo modelo de Estado, um protagonismo social nas políticas públicas. Os “intermediários controlariam as articulações ou sinapses cruciais das relações que ligam o sistema local ao todo mais amplo” (WOLF, 1956). O intermediário constitui uma instância de poder tanto para atender benefícios pessoais, de sua comunidade ou ainda, a interesses externos. Uma micro-análise a partir dos Pontos de Cultura nos permite observar o impacto e atribuição dos macro-fenômenos em pequenos contextos.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Consideramos, portanto que os Pontos de Cultura surgem em um momento de mudanças conceituais e estruturais no MinC. Estas mudanças por sua vez, estão articuladas em uma discussão supranacional e transnacional. Podemos observar a partir dos Pontos (e, portanto, de nossos novos

paradigmas políticos), uma transformação na esfera local, nacional e global. Partindo desse pressuposto, entende-se as políticas públicas culturais brasileiras num contexto mais amplo. As sociedades e grupos podem ser analisados a partir das intermediações políticas, econômicas, culturais e históricas de pequena escala. Estas intermediações compartilham situações de mudança e conflito. Portanto, a análise entre macro e micro dimensões privilegia o movimento transacional. É exatamente na relação, no *intermezzo* (DELEUZE; GUATTARI, 1996) que podemos traçar a análise entre macro e micropolíticas, neste espaço fronteiro de contradições e conflitos.

Também são nestes espaços de mudança e conflito que se cristalizariam as posições e grupos sociais. Enfatizar este aspecto de conflito e variação é o que Van Velsen (1987) define como “análise situacional” ou “caso do estudo detalhado”. Este modelo de análise utiliza registros de situações de conflito agregado ao comportamento de indivíduos específicos como parte da análise dos processos sociais. Assim, o pesquisador pode observar uma situação social para então relacioná-la à sua totalidade. Uma análise minuciosa contextualizada e relacionada a uma totalidade pode detectar padrões de relações, e de instituições. Assim, este tipo de etnografia relaciona o comportamento dos grupos a outros processos sociais mais amplos.

Nos Pontos de Cultura as “análises situacionais” podem ser acionadas como estratégias de observação dos gestores. Isto implica em uma observação participante atenta ao discurso, às ações e às interações que se estabelecem com estes personagens. Uma maneira de aprofundar a análise sobre estas contradições. A posição de “intermediário” constitui uma instância de poder que pode inclusive, facilitar a ascensão social de alguns indivíduos. Este tipo de “análise situacional” é próximo da noção de micro-política da qual pretendo aqui desdobrar. Essas estratégias de pesquisa “mostraram-se fundamentais para o estudo da antropologia da política e, em especial da política em nível local e suas articulações em rede” (RIBEIRO, p. 29, 1994). A análise micro-política também é atenta aos anseios das comunidades junto à “realidade” da implantação dos Pontos. Se as políticas culturais atendem aos desejos e às identidades culturais locais.

Alguns autores (CALABRE, 2009, RUBIM, 2000 e TURINO, 2009) apontam que os entraves burocráticos, as diferenças de entendimento e a má vontade política são os principais impasses para a implantação de novas políticas públicas culturais, como os Pontos de Cultura. Até porque, uma entidade quando é selecionada como um Ponto de Cultura provoca uma quebra na hierarquia política. É como se o reconhecimento dos grupos desencadeasse um *empoderamento social*, [no qual] *muitos poderes constituídos não toleram* (TURINO, p. 43, 2009). Produzir uma política pública “de baixo para cima” ainda incomodaria algumas estruturas de poder.

A tensão entre permanência e mudança, repetição e transformação são aspectos intrínsecos de qualquer sociedade (BALANDIER, 2005). Mas no caso das políticas públicas culturais, a análise das

continuidades e discontinuidades reflete os modos como os indivíduos convivem e resolvem estas ambiguidades no campo da cultura. Se há contradições, conflitos e permanências entre as Políticas Públicas Culturais e os Pontos de Cultura, as análises podem provocar diálogos entre ambas. Os caminhos e obstáculos permitem exercício das relações entre a pesquisa, o pesquisador e o nativo, dentro daquilo que Da Matta (1978) definiu de “caráter extraordinário do pesquisador”. O aspecto mais rotineiro e humano da Antropologia (DA MATTA, 1974, p. 35).

É partindo dessas reflexões iniciais que a pesquisa ora apresentada, propõe uma análise dos impactos socioculturais nas 06 instituições mencionadas na introdução deste artigo e que estão localizadas em 04 diferentes municípios do território de identidade Litoral Norte e Agreste Baiano. Os Pontos de Cultura representam uma nova forma de implementação das políticas públicas culturais, rompendo paradigmas até então cristalizados, configurando-se como ferramentas potentes de participação popular e controle social, na medida em que democratizam o acesso aos bens culturais, como previsto na Constituição Federal.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. Indústria cultural e sociedade. Seleção de textos de Jorge Mattos Brito de Almeida. Traduzido por Juba Elisabeth Levy et al. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. Coordenação de Cultura. Guia Cultural da Bahia: Litoral Norte Salvador: SCT. Salvador, 1999.
- BALANDIER, Georges. *Antropología Política*. Trad. Carina C. Battaglia. Buenos Aires: Ed. Del Sol, 2005.
- BARBOSA DA SILVA, Frederico. As redes temáticas, as redes de política e a territorialidade: o caso do Programa Arte Educação e Cidadania – Cultura Viva. Coleção Políticas Sociais. Brasília: IPEA, 2013.
- BARBOSA DA SILVA, Frederico. Cultura Viva: as práticas de Pontos e Pontões. Brasília: IPEA, 2011.
- BARBOSA DA SILVA, Frederico. Relatório Redesenho do Programa Cultura Viva. Brasília: IPEA, 2012.
- BARBOSA DA SILVA, Frederico; ARAÚJO, Herton E. (Org.). Cultura Viva: avaliação do programa arte educação e cidadania. Brasília: IPEA, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.
- CALABRE, Lia. Políticas culturais: diálogo indispensável. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.
- CALABRE, Lia. *Desafios à construção de políticas culturais: balanço da gestão Gilberto Gil*. In: *Proa - Revista de Antropologia e Arte [on-line]*. Ano 01, vol. 01, n. 01, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/proa/debates/debatelia.html>>.
- COELHO, Teixeira. Dicionário Crítico de Política Cultural. São Paulo: Iluminuras/FAPESB, 2004.
- DA MATTA, Roberto. *O Ofício do etnólogo ou como ter o Anthropological Blues*. Cadernos PPGAS. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1978.
- DELEUZE Gilles. *Diferença e Repetição*. Tradução de Luis Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda.

DELEUZE Gilles e GUATTARI, Félix. *Os Mil Platôs*. Vol. 3. Tradução de Luis Orlandi. São Paulo: Editora 34, 1996.

ESPINHEIRA, Gey. Cultura, cidade e democracia: o jogo da cultura no mundo contemporâneo. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata (Org.). *Políticas culturais para as cidades*. Salvador: Edufba, 2010.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1986.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Imobilização da força de trabalho. Considerações sobre os modos de expansão concentrada e difusa*. Série Antropologia, n.172. DAN, Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Comunicação & política*. São Paulo: Hacher, 2000.

SANTOS, Maria Helena de Castro. *Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte*. In: Dados – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 40, n. 3, 1997, p. 335-376.

SANTOS, José Luis dos. *O que é cultura?* São Paulo: Brasiliense, 2006.

STAVENHAGEN, Rodolfo in: *Informe Mundial sobre a Cultura*. UNESCO, 2000.

TURINO, Célio. *Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2009.

VAN VELSEN J. *A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado 1967 in Feldman-Bianco, Bela (Org.). Antropologia das Sociedades Contemporâneas - Métodos*. São Paulo: Editora Global Universitário, 1987.